

STJ00031087 - V. 1



ARRUDA ALVIM

# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Vol. I

PARTE GERAL

2.<sup>a</sup> edição refundida

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
N.º PATRIMONIAL 31034

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS  
SÃO PAULO — 1986

## SUMÁRIO

PREFACIO .....	VII
ABREVIATURAS .....	XI

### Capítulo I

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito .....	1
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	4
3. Definição de Direito Processual Civil .....	5
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil .....	5
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil .....	15
6. Processo civil romano .....	16
7. Período das <i>legis actiones</i> .....	16
8. Período do processo formulário .....	17
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i> .....	18
10. Processo romano-barbárico .....	19
11. O processo comum na Itália .....	20
12. Período dos glosadores .....	20
13. Período dos pós-glosadores .....	21
14. Período da jurisprudência culta .....	21
15. O processo comum na Alemanha .....	22
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito Brasileiro — O <i>Forum Juditium (Fuero Juzgo)</i> .....	23
17. As Ordenações — Especialmente as Filipinas .....	24
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência .....	24
19. O Regulamento 737 .....	25
20. A República e o processo civil — Os Códigos de Processo Civil Estaduais .....	25
21. A reunificação do processo civil .....	26

### Capítulo II

#### REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

22. A reelaboração do Direito no século XIX .....	30
23. Autonomia do direito de ação .....	32
24. Moderna classificação das ações .....	32
25. O processo concebido como contrato ou quase contrato .....	33
26. O processo como instrumento predominantemente técnico .....	34
27. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	35
28. O processo civil e o Direito Penal .....	35
29. O processo civil e o Direito Constitucional .....	36

30. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário	42
31. O processo civil e o Direito Civil	43
32. O processo civil e o Direito Comercial	43
33. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho	44

### Capítulo III

#### AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34. Norma jurídica	46
35. Normas cogentes e dispositivas	49
36. Norma processual e norma substancial — Natureza da norma processual civil	50
37. Classificação das normas processuais civis	51
38. As fontes da norma processual civil	52
39. Competência para legislar sobre Direito Processual Civil	53
40. Normas processuais na Constituição Federal	54
41. Intervenção Federal e a matéria afeta ao Poder Judiciário	56
42. Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual	57
43. Fontes subsidiárias da norma processual civil	57
44. Analogia	59
45. Costume	61
46. Os princípios gerais do Direito	62
47. A jurisprudência e o processo civil	63
48. Da interpretação das leis em geral	67
49. Interpretação da Lei Processual Civil	70

### Capítulo IV

#### DA JURISDIÇÃO — O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

50. O Estado de Direito	76
51. Sistema de jurisdição	79
52. Natureza da função jurisdicional e suas características	80
53. Os princípios fundamentais da jurisdição	82
54. A independência do Judiciário (da Justiça)	84
55. O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito	87
56. O contencioso administrativo	89
57. Inconstitucionalidade de lei	95
58. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	100

### Capítulo V

#### ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

59. A jurisdição voluntária	104
60. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	108

61. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais .....	109
62. Órgãos judiciários .....	110
63. Regimentos dos tribunais .....	114
64. Organização judiciária .....	115
65. Normas disciplinadoras da organização judiciária .....	116
66. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a Lei do Processo .....	118
67. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição .....	118
68. Competência interna dos tribunais .....	119
69. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição .....	120
70. Auxiliares da justiça .....	121
71. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo, que interessam ao processo civil .....	124

## Capítulo VI

## DA COMPETÊNCIA

72. Jurisdição e competência .....	128
73. Definição de competência .....	132
74. A competência no quadro dos pressupostos processuais .....	134
75. Distinção entre incompetência e impedimento .....	138
76. A divisão tripartida da competência .....	139
77. Competência objetiva .....	139
78. Competência territorial .....	141
79. Competência funcional .....	142
80. Competência funcional recursal .....	143
81. Competência funcional nas fases do procedimento .....	143
82. Competência internacional e interna .....	145
83. Competência exterior e interior .....	145
84. Foro competente .....	146
85. Foro geral .....	146
86. Foros especiais .....	150
87. O artigo 95 .....	150
88. O artigo 96 .....	154
89. O artigo 97 .....	157
90. O artigo 98 .....	157
91. O artigo 99 .....	158
92. O artigo 100 .....	159
93. O artigo 101 .....	167
94. Foro de eleição .....	167
95. Foro e juízo .....	170
96. Incompetência relativa .....	173
97. Incompetência absoluta .....	176

## Capítulo VII

## A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

98.	Competência do foro central e dos foros regionais .....	180
99.	Competência afeta aos foros regionais .....	185
100.	Competência das varas dos Registros Públicos .....	186
101.	Competência das varas da Fazenda do Estado .....	187
102.	Competência das varas da Fazenda Municipal .....	188

## Capítulo VIII

## A JUSTIÇA FEDERAL

103.	Introdução .....	189
104.	A Justiça Federal e a Constituição .....	190
105.	A Justiça Federal e a sua lei .....	195
106.	A jurisdição da Justiça Federal é absoluta .....	195
107.	Autarquias federais e Justiça Federal .....	196
108.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal .....	197
109.	As sociedades de economia mista não se submetem à Justiça Federal .....	198

## Capítulo IX

PREVENÇÃO — *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* —  
CONEXÃO E CONTINÊNCIA

110.	Prevenção .....	200
111.	Conexão de causas .....	203
112.	Continência de causas .....	209
113.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	210

## Capítulo X

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA

114.	Introdução .....	214
115.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais .....	214
116.	Procedimento do conflito de competência .....	217

## Capítulo XI

## TEORIA DA AÇÃO

117.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções .....	219
118.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	220
119.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial .....	223
120.	Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	225

121.	Teoria civilista a respeito da ação .....	228
122.	Posição de Adolfo Wach .....	228
123.	Posição de Chiovenda .....	230
124.	Observação crítica à teoria civilista, à do direito concreto, à tutela jurídica e à da ação como direito potestativo .....	232

## Capítulo XII

## A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

125.	Definição de ação .....	238
126.	As condições da ação em nosso Direito positivo .....	239
127.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos — Declaratória e violação do direito .....	246
128.	Declaratória e mero fato .....	247
129.	O âmbito da ação declaratória .....	247
130.	Ação declaratória e reconvenção .....	247
131.	Declaratória e cumulação de ações .....	248
132.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	248
133.	Declaratória e falsidade de documento .....	250
134.	A ação declaratória incidental .....	250
135.	O papel do "fato" na teoria da ação .....	254
136.	O conceito de mérito .....	256
137.	O mérito e as condições da ação .....	257
138.	Cumulação de pretensões .....	260
139.	Concorrência de ações .....	266
140.	Objeto litigioso ou lide .....	270
141.	Elementos da ação .....	271
142.	As partes e sua identificação .....	272
143.	O objeto .....	273
144.	Fundamento legal .....	275
145.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i> .....	276
146.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais .....	277

## Capítulo XIII

## ATO PROCESSUAL

147.	Atos jurídicos e atos processuais .....	280
148.	Classificação dos atos processuais .....	282
149.	Forma dos atos processuais .....	288
150.	As nulidades dos atos processuais .....	290

## Capítulo XIV

## O TEMPO NO PROCESSO

151.	Prazos e preclusão .....	299
152.	Os princípios informativos do processo e os prazos .....	300
153.	Os princípios da utilidade, continuidade, preempторiedade e preclusão .....	302

154.	Dos prazos .....	308
155.	Classificação dos prazos .....	310
156.	Da contagem dos prazos .....	311
157.	Os prazos mais importantes .....	313
158.	Da preclusão .....	314

### Capítulo XV

#### PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

159.	A relação jurídica processual .....	319
160.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual .....	321
161.	Requisitos da validade da relação jurídica processual .....	325
162.	Pressupostos processuais negativos .....	330

### Capítulo XVI

#### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

163.	Do Ministério Público .....	332
164.	A moderna função do Ministério Público .....	332
165.	Os princípios estruturais do Ministério Público .....	333
166.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público .....	333
167.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público .....	334
168.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional .....	336
169.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica .....	337
170.	O Ministério Público federal no Direito positivo .....	340
171.	Da atuação do Ministério Público .....	342

### Capítulo XVII

#### DO ADVOGADO

172.	Capacidade postulatória .....	353
173.	A função do advogado .....	358
174.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil .....	361
175.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil .....	363